



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2904/2022

Área Requisitante/Técnica	Procuradoria Jurídica – PJUR
Área De Apoio Administrativo	Gabinete da Presidência – GAB/PRES

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante/Técnico	Mike Martins dos Santos, matrícula 1150
Integrante da Área de Apoio Administrativo	Henrique Pereira Soares, matrícula 975

1. DO OBJETO DE ESTUDOS DO ETP

1.1. O presente ETP tem por objetivo fornecer informações necessárias para subsidiar a contratação de serviços contínuos de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços advocatícios na área trabalhista, de natureza contenciosa, para a defesa dos interesses do Coren-SP, no patrocínio de demandas que tramitem perante a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e os Tribunais Superiores, inclusive as que se encontrarem em tramitação anteriormente à assinatura do contrato e as que surgirem durante sua vigência, atuando em todas as fases do processo e instâncias de jurisdição, até o encerramento dos feitos, utilizando-se de todas as medidas e recursos judiciais cabíveis, observando os requisitos, quantidades e exigências a serem estabelecidos neste e nos demais artefatos de contratação.

1.2. Os serviços objeto deste processo podem ser classificados como de natureza comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais do mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021.

2. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo – Coren-SP atua na fiscalização e disciplina das atividades de enfermagem no âmbito estadual e conta com uma unidade jurídica interna – Gerência Jurídica – GJUR, competente para prestar assessoria e consultoria jurídicas, de natureza contenciosa e consultiva, ou seja, dedicando-se, atualmente, a todo assunto jurídico que envolva a participação deste Conselho.

2.2. A representação judicial e extrajudicial do Coren-SP compete privativamente à Procuradoria Jurídica PJUR e à Gerência Jurídica - GJUR, inclusive em matérias de natureza trabalhista.

2.3. Algumas destas demandas, entretanto, vinculam-se umbilicalmente às atividades finalísticas do Coren-SP, como é o caso das ações civis públicas relacionadas aos processos de fiscalização, dentre outras. Nessa classificação, todavia, não se inclui o contencioso trabalhista.

2.4. O quadro próprio de advogados do Coren-SP é suficiente, no momento, para atender as demandas jurídicas relativas às atividades-fim da Autarquia, motivo pelo qual não há previsão de concurso público para o cargo de advogado.

2.5. O Coren-SP contrata seus colaboradores pelo regime jurídico celetista, logo, os dissídios individuais e coletivos que tenham por objeto as relações de trabalho dos agentes públicos que laboram na Autarquia são julgados perante a Justiça do Trabalho, como estabelece o art. 114, I, da Constituição Federal de 1988.

2.6. Nas demandas trabalhistas há um potencial conflito de interesses no patrocínio das causas pelos advogados do quadro próprio do Conselho, tendo em vista que estes poderão ser, direta ou indiretamente, afetados em sua esfera própria de direitos e interesses pelos resultados da ação,



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

considerando que são submetidos ao mesmo Plano de Cargos e Salários dos demais empregados públicos.

2.7. Cumpre observar o que consta do Código de Ética e Disciplina da OAB, nas relações entre advogado e cliente, com orientações para que não patrocine demandas relativas a direito que também lhes diga respeito:

Art. 4º: “É legítima a recusa, pelo advogado, do patrocínio de pretensão concernente a lei ou direito que também lhe seja aplicável, ou contrarie expressa orientação sua, manifestada anteriormente.”

2.8. E sobre o patrocínio de causa que tenha por objeto ato jurídico que o advogado tenha conhecido em consulta:

Art. 20: “O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer.”

2.9. E quanto ao sigilo de informações devido em relação a pessoa de quem seja advogado, temos:

Art. 26. “O advogado deve guardar sigilo, mesmo em depoimento judicial, sobre o que saiba em razão de seu ofício, cabendo-lhe recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou tenha sido advogado, mesmo que autorizado ou solicitado pelo constituinte.”

2.10. Destacamos o seguinte precedente do Tribunal de Ética e disciplina da OAB:

“EXERCÍCIO PROFISSIONAL – ADOGADO EMPREGADO – ATUAÇÃO CONTRÁRIA À SUA ORIENTAÇÃO TÉCNICA E JURÍDICA – RECUSA – POSSIBILIDADE E LEGITIMIDADE. Nos termos do artigo 133 da Constituição Federal e da Lei nº 8.906/94, o advogado tem direito ao exercício de sua atividade com independência e liberdade, para que possa desempenhar adequadamente o seu mister livre de coações e interferências que poderiam lhe constranger e, por conseguinte, prejudicar a defesa de seu cliente e a concretização do múnus social da profissão. A atuação do advogado deve limitar-se apenas à sua própria consciência, à lei e à ética. A independência e liberdade intrínsecas à atuação do advogado permitem, legitimamente, que este se recuse a atuar contrariamente à sua orientação jurídica ou aos seus preceitos éticos, ainda que submetido a relação empregatícia, Inteligência dos artigos 7º, inciso I, e 18 do Estatuto da Advocacia e do artigo 4º, caput e parágrafo único do Código de Ética e Disciplina”. (Proc. E-4731/2016 - v.u, em 17/11/2016, do parecer e ementa do Rel. Dr. FÁBIO TEIXEIRA OZI, Ver. Dra. MARCIA DUTRA LOPES MATRONE – Presidente em exercício Dr. CLÁUDIO FELIPPE ZALAF).

2.11. Situação em que isso ocorre de maneira mais flagrante é nos casos de dissídio coletivo anual, sejam estes de natureza econômica ou de greve, em que se discutem a pauta de reivindicações da categoria profissional, o reajuste salarial devido e o valor dos demais benefícios. Nesse contexto, a sentença normativa proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região estabelecerá as condições de trabalho para todos os empregados, incluindo, logicamente, os advogados, tanto os concursados como os ocupantes de cargos exclusivamente em comissão.

2.12. A propósito, em contratação anterior do mesmo objeto, Assessoria Especializada em Direito do



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Trabalho junto ao escritório Mascaro Nascimento Advogados (PA 92386/2010), a Procuradora Jurídica à época, doutora Carolina Baptista Medeiros, motivou aquela contratação, dentre outros pontos, na seguinte consideração:

*“3 – parcialidade do corpo jurídico permanente, sendo **desaconselhável sua atuação em ações trabalhistas, pois muitas vezes estariam postulando contrariamente seus interesses particulares**”. (PA 92386/2010 - fls.002 – grifos nossos).*

2.13. Nesse sentido, consta da jurisprudência do TCU:

*[...] 6. Por outro lado, ainda em relação a essa questão, foi apurado que o cargo de advogado faz parte do quadro de funcionários do Crea/SP, inclusive constando de suas atribuições a atuação na área trabalhista, especialidade do objeto dos serviços contratados. Dessa forma, a Autarquia, em princípio, estaria legalmente impedida de terceirizar tais serviços, estando então obrigada a realizar concurso para preenchimento dessas vagas. **Todavia, foi demonstrado que a atuação de advogados do quadro do Crea/SP em suas causas trabalhistas poderia configurar conflito de interesses**, tendo sido apontado, inclusive, que alguns desses advogados fazem parte do polo ativo de uma ação trabalhista enfrentada pelo Crea/SP. **Restaria então justificada a contratação de prestação de serviços nessas situações excepcionais**.*

(TCU — Plenário — Acórdão nº 202/2015, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti, 04/02/2015).

2.14. Por outro lado, os causídicos que ocupam os cargos de confiança do Jurídico, em regra, não são especialistas em contencioso trabalhista, de modo que eventual atuação exclusiva nessa área, com a avocação de todos os processos trabalhistas, não somente impede a realização das atribuições pertinentes aos cargos que ocupam, mas também não representa o cenário ideal para diminuir o passivo trabalhista da Autarquia.

2.15. Nos últimos anos, a PJUR tem avocado a competência para representar o Coren-SP em todos os dissídios coletivos, o que, no entanto, não resolve por completo a questão posta, porquanto os advogados comissionados também serão alcançados pela decisão normativa. E não se impõe a exigência aos ocupantes dos cargos de confiança do Jurídico de que sejam especialistas em direito do trabalho ou processo do trabalho, situação em que o patrocínio das causas por advogados com especialidades em outras áreas do direito não constitui o cenário ideal para a Autarquia.

2.16. Em muitos casos ainda, advogado efetivo ou comissionado propõem reclamações trabalhistas, o que ocasiona o impedimento ou suspeição de boa parte do corpo jurídico, quando não todos os advogados, obrigando o Coren-SP a procurar uma alternativa diante disso dentro do curtíssimo prazo para apresentação de contestação.

2.17. Pretende-se, por fim, desvincular a atuação consultiva da contenciosa, de modo que a última não seja afetada pela primeira, em face do direito do advogado de recusar-se a patrocinar causas que tenha conhecido em consulta.

2.18. Diante destas questões, tem-se como necessária a contratação de escritório de advocacia especializado em demandas trabalhistas, tendo como objetivo qualificar a defesa do Coren-SP em juízo, prevenindo, ademais, a ocorrência dos conflitos de interesses, em virtude de todas as situações acima expostas.

3. DO ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

3.1. A contratação está prevista no PACC 2023 do Coren-SP, conforme indicação abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO ANUAL DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES (PACC) – 2023	
ID	OBJETO DE CONTRATAÇÃO
43	Serviços de Advocacia Trabalhista

4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA CONTRATAÇÃO ATUAL/ANTERIOR

4.1. Houve contratação de objeto semelhante ao destes estudos preliminares, no âmbito do Coren-SP, em 2010.

4.2. Naquela oportunidade, houve a contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do escritório Mascaro Nascimento Advogados, vide PA 92386/2010, pelo prazo de 12 (doze) meses, o qual restou prorrogado por igual período.

4.3. Consta ainda que houve pedido de contratação, não levado adiante, de serviços de advocacia trabalhista para atuação em reclamação específica ajuizada pelos advogados do Coren-SP, discutindo o pagamento de honorários advocatícios. Apresentou-se a seguinte justificativa: “Dado o conflito de interesses, uma vez que todos os advogados e afins do Coren-SP são beneficiários do resultado da ação, torna-se imprescindível a contratação de profissional isento para a defesa processual do Conselho” (PA 1192/2016).

4.4. Entretanto, nesta demanda a causa acabou patrocinada pela assessora Dr^a Elisabeth Fatima di Fuccio Catanese, da AJUR, que não fora contratada com a específica atribuição de defender o Coren-SP em demandas trabalhistas.

4.5. Portanto, constata-se que há um problema de longa data relacionado ao patrocínio das demandas trabalhistas pelo corpo jurídico permanente do Coren-SP, principalmente pelo conflito de interesses, o que se pretende solucionar através da delegação dos serviços a pessoa jurídica especializada fora dos quadros da entidade, na modalidade de serviços de natureza continuada.

5. EXAME DOS PRINCIPAIS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS

5.1. A princípio, o processo deverá seguir o rito da Lei nº 14.133/2021 e sua regulamentação.

5.2. Em relação ao objeto de estudos deste ETP, isto é, serviços advocatícios, a EPC identificou os seguintes normativos:

5.2.1. **Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994** – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

5.2.2. **Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB** – Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994;

5.2.3. **Código de Ética e Disciplina da OAB.**

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Requisitos Necessários ao Atendimento da Necessidade

6.1.1. A Contratada deverá praticar todos os atos e manifestações judiciais cabíveis, o que inclui, mas não se limita ao ajuizamento de ações, apresentação de contestações, réplicas, rescisórias, oposições, defesas, exceções, memoriais, informações, comparecimento a audiências e realização de sustentação oral, bem como o cumprimento de todas as intimações do processo e demais serviços a estes relacionados, na forma e prazo exigidos em cada caso, conforme o Direito aplicável, em todas as instâncias da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e dos Tribunais Superiores, na defesa dos interesses do Coren-SP em juízo, conforme as condições, quantidades e exigências



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

estabelecidas pelo contratante;

6.1.2. A Contratada deverá indicar, no momento de assinatura do Contrato, equipe técnica de, no mínimo, 02 (dois) advogados responsáveis pela prestação de serviços ao Coren-SP, na condição de sócios, advogados associados ou empregados, todos com inscrição regular na OAB, cada qual com pelo menos 3 (três) anos de experiência no contencioso trabalhista, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6.1.3. A Contratada deverá informar expressa e previamente o Coren-SP acerca da eventual substituição dos profissionais responsáveis pela prestação de serviços indicados no curso da licitação, que poderá ocorrer tão somente na hipótese de serem substituídos imediatamente por profissionais com qualificação técnica igual ou superior ao substituído, nos termos do item anterior;

6.1.4. A Contratada somente poderá promover o subestabelecimento dos poderes outorgados pelo Coren-SP para atuação em juízo para pessoa estranha aos quadros de pessoal da Contratada, na hipótese de execução de atividades acessórias aos serviços contratados, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela correção técnica e adequação qualitativa dos serviços realizados;

6.1.5. A equipe técnica indicada para prestação de serviços ao Coren-SP deverá comparecer pessoalmente e atuar nas audiências, fazer sustentações orais e participar das reuniões com o Coren-SP, exceto quando previamente autorizada pela Contratante a representação por outros profissionais indicados;

6.1.6. A Contratada deverá manter inscrição regular na OAB e de todos os profissionais responsáveis pela prestação de serviços ao Coren-SP durante todo o período de execução contratual;

6.1.7. A Contratada deverá valer-se, na prestação de serviços objeto deste contrato, apenas de advogados habilitados e qualificados, detentores de conhecimentos especializados em direito do trabalho;

6.1.8. A Contratada deverá cumprir todas as normas técnicas da profissão, inclusive as da ABNT, na execução do objeto do contrato;

6.1.9. A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, civis, comerciais, trabalhistas e de outras naturezas decorrentes do objeto de contratação, inclusive pelo ressarcimento de danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros originados direta ou indiretamente da execução do contrato;

6.1.10. A Contratada deverá cumprir a programação dos serviços feita periodicamente pelo Contratante, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos empregados e das pessoas em geral que se façam presentes;

6.1.11. A Contratada deverá substituir definitivamente qualquer empregado cuja conduta, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da Contratante ou ao interesse do serviço público, vedado seu retorno às dependências do Contratante, até mesmo para cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão, férias ou qualquer outro motivo;

6.1.12. A Contratada responsabilizar-se-á integralmente pelos serviços contratados, cumprindo as disposições legais que interfiram em sua execução, ficando responsável pela previsão de todos os custos decorrentes da relação contratual, incluindo na proposta de remuneração, no valor ofertado na licitação pelo objeto do contrato, o suficiente para cobrir todas as despesas diretas e indiretas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

decorrentes de sua execução, tais como mão de obra, deslocamentos, insumos e materiais e o emprego dos equipamentos necessários à realização dos serviços;

6.1.13. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à Contratada otimizar a gestão de seus recursos – humanos e materiais – com vistas ao aprimoramento e à manutenção da qualidade dos serviços e à satisfação da Contratante.

6.1.14. Sem prejuízo da competência da GJUR, deverá a pessoa jurídica Contratada extrair certidões online de ações trabalhistas para conhecimento das ações distribuídas, sempre que possível, antes mesmo do recebimento das comunicações processuais pelo Coren-SP;

6.1.15. A Contratada deverá assumir todas as causas judiciais trabalhistas em curso em que o Coren-SP seja autor, réu, assistente, terceiro interveniente, *amicus curiae*, ou figure em qualquer outra posição processual, na fase em que se encontrarem no momento da assinatura do contrato, mediante outorga de procuração ou substabelecimento desta, com ou sem reserva de iguais poderes;

6.1.15.1. O substabelecimento poderá ser promovido exclusivamente entre os advogados indicados pela Contratada para cumprimento do item 6.1.2., atuando os mesmos sob integral responsabilidade da Contratada;

6.1.16. A Contratada deverá reunir-se, presencial ou remotamente, com a Procuradoria Jurídica - PJUR do Coren-SP, sempre que convocada, a fim de expor à Autarquia as estratégias defensivas que pretende implementar, inclusive para selecionar documentos necessários à defesa, indicar preposto, selecionar testemunhas, formular propostas de conciliação, se for o caso, decidir sobre a interposição de recursos, bem como adotar quaisquer outras providências cabíveis;

6.1.17. A Contratada deverá realizar todos os cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários pertinentes a cada ação sob sua responsabilidade, além de indicar os valores a serem provisionados no orçamento do Coren-SP, sempre que solicitado.

6.1.18. A pessoa jurídica Contratada, inclusive seus sócios, advogados associados ou empregados, ficarão impedidos de patrocinar causas em desfavor do Coren-SP, durante todo o período de cumprimento do contrato e mesmo até 2 (dois) anos após o fim de sua vigência.

6.2. Requisitos Documentais

6.2.1. Relacionados à qualificação técnico-operacional (a serem apresentados para habilitação do fornecedor):

6.2.1.1. Certidão de inscrição regular da licitante perante a OAB;

6.2.1.2. Comprovação de aptidão para a execução dos serviços advocatícios de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pela jurisdição competente, quando for o caso.

6.2.1.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos¹ no contencioso trabalhista, com patrocínio de, no mínimo, 30 (trinta) processos,

¹ Exigência alinhada com a expectativa de vigência máxima de 120 (cento e vinte meses) permitida pela Lei nº 14.133/2021.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

6.2.1.2.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

6.2.1.2.3 Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da pessoa jurídica licitante.

6.2.1.2.4 A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.2.2. Relacionados a quesitos técnicos-profissionais (a serem apresentados em até 5 (cinco) dias corridos do início da vigência contratual e **sempre** que houver mudanças na equipe profissional indicada para patrocínio dos processos do Coren-SP):

6.2.2.1. Certidão de inscrição regular perante a OAB dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP;

6.2.2.2. Comprovação de experiência profissional dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP de, no mínimo, 3 (três) anos, no contencioso trabalhista, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou outro meio idôneo de comprovação.

6.2.2.3. Comprovação de vínculo profissional com a Contratada dos 2 (dois) advogados que serão indicados para a prestação de serviços ao Coren-SP na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a Contratada.

6.3. Requisitos de segurança:

6.3.1. A pessoa jurídica Contratada deverá guardar sigilo sobre todos os dados e informações a que tiver acesso em decorrência do cumprimento do contrato, sejam eles obtidos antes, durante e após a prestação dos serviços, abstendo-se de utilizar-se, ainda que em demanda judicial própria ou de terceiros, de informações, conhecimentos técnicos, contábeis, financeiros ou de quaisquer espécies obtidos junto ao Coren-SP e assegurar a mesma conduta de seu pessoal, sejam estes sócios, associados, empregados e demais prestadores de serviço, responsabilizando-se pessoalmente por vazamento ou utilização indevidas destas informações;

6.3.2. A pessoa jurídica Contratada cumprirá fielmente todas as prescrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, observando rigorosamente as orientações das equipes encarregadas pelo planejamento, acompanhamento, implementação e monitoramento das ações de privacidade e proteção de dados pessoais do Coren-SP, bem como as diretrizes de segurança de tecnologia da informação estabelecidas pela Autarquia;



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.3.3. Como requisito obrigatório para início dos serviços, a Contratada deverá apresentar até a data de início de execução dos serviços **Termo De Compromisso de Manutenção do Sigilo**, preenchido e assinado pelo representante legal da Contratada e demais profissionais envolvidos na prestação dos serviços, conforme modelo a ser disponibilizado enquanto Anexo do Edital de Licitação, comprometendo-se formalmente a manter o sigilo profissional, não revelando a natureza do serviço a quem quer que seja, sob nenhuma circunstância, mesmo depois de encerrado o vínculo, orientando a todos os profissionais envolvidos que sejam discretos a respeito dos assuntos do contrato.

6.4. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

6.4.1. Considerando que não foram verificados critérios ou práticas de sustentabilidade diretamente atrelados ao objeto contratual, deverá a Contratada observar, naquilo que cabe, os critérios de sustentabilidade ambiental descritos no Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010 e da IN SLTI/MPDG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, pautando-se pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos

6.5. Natureza Contínua (ou não) dos Serviços

6.5.1. Nos termos exigidos na alínea 'a', item 3 do Anexo IX da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, ressalta-se que os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, uma vez que a iniciativa de contratar serviços advocatícios para contencioso trabalhista é de caráter permanente, ou seja, diante da motivação para a presente contratação, fundada nas ideias de (i) prevenir a ocorrência de conflitos de interesses; e (ii) referir-se a uma atividade-meio da Autarquia.

6.5.2. Assim, por se tratar de um serviço desenvolvido com razoável margem de liberdade e independência para que os profissionais de advocacia definam as estratégias pertinentes para o patrocínio da causa, não se revela adequado, seguro, muito menos eficaz a descontinuidade dos serviços, visto que a não cobertura contratual poderá ocasionar a perda de prazos processuais de novas demandas, ou, no processo de mudança de pessoa jurídica Contratada, uma perda de informações relevantes.

6.5.3. Ainda, cumpre destacar que eventual paralisação dos serviços poderá causar prejuízos ao cumprimento dos prazos judiciais e à continuidade nas estratégias definidas com pelos profissionais da pessoa jurídica Contratada para as demandas trabalhistas em curso.

6.6. Duração Inicial do Contrato

6.6.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura, com a manutenção dos serviços até a baixa definitiva e arquivamento das ações atribuídas à pessoa jurídica Contratada, salvo se ausente interesse da Administração, prorrogável por até 120 (cento e vinte) meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. Transição Contratual

6.7.1. A transição final dos serviços refere-se ao processo de finalização da prestação dos serviços pela pessoa jurídica Contratada ao final de cada período de vigência contratual;

6.7.2. Todo conhecimento adquirido ou desenvolvido, bem como toda informação produzida e/ou utilizada para a execução dos projetos e serviços contratados deverão ser disponibilizados ao Coren-SP ou a pessoa jurídica por ele designada em até, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após o encerramento do Contrato;

6.7.3. A Contratada, em conjunto com a equipe técnica da Coren-SP deverá elaborar o Plano de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

Transição, no prazo de 60 (sessenta) dias corridos antes do encerramento do contrato, para a transferência integral e irrestrita dos conhecimentos e das competências necessárias e suficientes para promover a continuidade dos serviços. A Contratante poderá estabelecer prazo inferior caso haja rescisão contratual;

6.7.4. A data de início de execução do plano de transição será determinada pelo Coren-SP e a sua duração não poderá ultrapassar 60 (sessenta) dias corridos;

6.7.5. O plano de transição deverá tratar, no mínimo, dos seguintes tópicos: profissionais envolvidos, papéis e responsabilidades, cronograma do repasse de conhecimento contendo as etapas e atividades com suas respectivas datas de início e término, os produtos gerados, os recursos envolvidos, relatório de serviços executados e a relação de documentos e artefatos produzidos durante a execução contratual;

6.7.6. Nenhum pagamento será devido à pessoa jurídica Contratada pela elaboração ou pela execução do plano de transição;

6.7.7. O fato da pessoa jurídica Contratada ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação solicitada pelo Coren-SP, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços para um novo prestador, constituirá expressa quebra de contrato, sujeitando-a às obrigações em relação a todos os danos eventualmente causados ao Coren-SP.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

7.1. Do Levantamento de Mercado

7.1.1. Inicialmente, foram pesquisados editais de licitações promovidas por Conselhos de Fiscalização Profissional que tivessem realizado formas de contratação de serviços advocatícios semelhantes ao Coren-SP, ou seja, restritos à atuação na área trabalhista, o que indica a manutenção das demais demandas jurídicas atribuídas ao corpo de advogados efetivos da própria entidade.

7.1.2. Verificou-se, todavia, que a maioria das contratações de serviços compreendem ambos, o contencioso e o consultivo trabalhista, enquanto o Coren-SP pretende, em primeiro momento, apenas delegar a terceiros os processos litigiosos, preservando a assessoria jurídica consultiva com os advogados da Autarquia. Os editais dos órgãos levantados, de início, que se enquadravam nessas especificações, foram: do Conselho Regional de Medicina do Paraná – CRM-PR, do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul – CRC-RS, Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro CRC-RJ e do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná – CREA-PR, além de uma contratação por inexigibilidade do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro - CREMERJ. Não obstante, também foram consultadas licitações de serviços de mesma natureza, conquanto não restritos à área trabalhista, como o edital do Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo de Pernambuco – CAU-PE e do Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região /São Paulo – CRB/8.

7.1.3. Também foram realizadas pesquisas na internet a respeito de soluções alternativas por outros órgãos públicos para suprir as demandas jurídicas, como a contratação de ocupantes de cargos de confiança.

7.2. Da justificativa do Tipo de Solução a Contratar

7.2.1. Com base na pesquisa de editais de outros órgãos públicos e, considerando o histórico de soluções adotadas pelo Coren-SP para o enfrentamento pontual do problema, foram identificadas



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

três possíveis alternativas distintas para o equacionamento da questão:

7.2.1.1. A avocação de todos os processos trabalhistas, atuais e futuros, pela chefia do Jurídico, para patrocínio por ocupantes de cargos exclusivamente em comissão do Coren-SP;

7.2.1.2. A manutenção da representação jurídica do Coren-SP em processos trabalhistas com os advogados da própria entidade;

7.2.1.3. A contratação de pessoa jurídica especializada em serviços advocatícios na área trabalhista.

7.2.2. A alternativa de avocação de processos trabalhistas pela chefia do Jurídico foi considerada inviável.

7.2.3. No caso, o Coren-SP dispõe de dois cargos ocupados, Procurador Geral e Gerente Jurídico. Esta solução tem sido utilizada frequentemente, em todos os processos do SINSEXPRO (Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas no Estado de São Paulo), ou mesmo, quando a demanda é ajuizada por advogado do Coren-SP e nas hipóteses de impedimento ou suspeição de advogados efetivos, mas ela encontra limites muito evidentes.

7.2.4. Em primeiro lugar, há apenas duas advogadas ocupando estes cargos de confiança, sendo que as mesmas desempenham concomitantemente uma série de outras atribuições extremamente relevantes para a Autarquia, não havendo condições de absorver, de maneira não ocasional, com a qualidade esperada, a defesa do Coren-SP em todas as reclamações trabalhistas.

7.2.5. Em segundo lugar, a advocacia trabalhista possui contornos, peculiaridades e exigências distintas da advocacia em outras áreas do Direito. Não é razoável supor que um criminalista terá a mesma desenvoltura em uma audiência de instrução na Vara do Trabalho que teria perante o Tribunal do Júri e vice-versa. Ora, não se exige dos ocupantes destes cargos de confiança que sejam especialistas em direito do trabalho ou em processo do trabalho, o que é plenamente justificável, visto que a maior parte do trabalho jurídico do Coren-SP refere-se ao direito administrativo e, em parte, ao direito tributário, dada a quantidade considerável de execuções fiscais em tramitação, presume-se, portanto, que o tempo de preparação e estudos exigidos para uma intervenção qualificada de um especialista em outra área do direito é razoavelmente maior em comparação com um profissional com vivência profunda na advocacia trabalhista, com larga experiência e atuação em tempo integral neste campo do conhecimento.

7.2.6. Por fim, a possibilidade de contratação de mais ocupantes de cargos comissionados encontra como óbice constitucional o princípio do concurso público, art. 37, II, da Constituição Federal, sendo reservada a liberdade de nomeação apenas às atribuições de direção, chefia ou assessoramento, art. 37, V, da Carta Magna, o que não se confunde, por certo, com o exercício de representação judicial em processos trabalhistas. Não há fundamento constitucional que permita a contratação de advogados de confiança tão somente para atuar em demandas trabalhistas.

7.2.7. No que se refere à segunda alternativa, a manutenção dos processos judiciais sob os cuidados dos advogados do quadro próprio do Conselho, já discurremos o suficiente na motivação desta contratação, argumentando, em síntese, que é preciso prevenir a ocorrência de conflitos de interesses, não havendo necessidade de detalhamento adicional neste tópico.

7.2.8. Considerando que a terceira opção foi apontada como a única viável, procederam-se os estudos exploratórios acerca dessa Solução.

7.2.8.1. Em relação à terceira opção, contratação de pessoa jurídica para prestação de



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

serviços advocatícios ao Coren-SP, trata-se de uma solução adequada para atender as necessidades do Conselho, uma vez que há diversos escritórios de advocacia especializados na área trabalhista que poderão prestar serviços, sem qualquer vínculo empregatício com o Coren-SP, portanto, com maior liberdade e independência de atuação, podendo traçar estratégias diversificadas para a defesa dos interesses e direitos da Autarquia, sem prejudicar seu mister por contrariedade a orientações ou a posicionamentos que tenham sido externados anteriormente pelos advogados do Conselho em consultoria interna, tal como ocorre atualmente em virtude da cumulação na GJUR das atribuições de natureza consultiva e contenciosa.

7.2.8.2. Embora a advocacia seja uma obrigação de meio, essa modalidade de contratação permite que sejam avaliados os resultados, considerando a dinâmica de relacionamento a ser estabelecida entre a pessoa jurídica Contratada e o Coren-SP, sobretudo, com a participação e o monitoramento de agentes nomeados para o acompanhamento contratual, da Procuradoria Jurídica – PJUR e da Gerência de Gestão de Pessoas – GGP, tendo como parâmetros, por exemplo, a rapidez de atendimento, a clareza, a objetividade e a assertividade nas informações transmitidas, constituindo as experiências relatadas durante a execução contratual um elemento a ser levado em conta no planejamento das contratações futuras de serviços advocatícios pelo Coren-SP.

7.2.8.3. A contratação de serviços advocatícios exclusivamente para o contencioso trabalhista permitirá ainda que a assessoria jurídica consultiva, que permanecerá sendo de competência dos advogados do quadro próprio da Autarquia, não interfira no patrocínio de causas forenses, em virtude do conflito dos papéis desempenhados pelo mesmo advogado, considerando que os advogados da Autarquia manifestam-se acerca da validade de determinado ato normativo com efeitos trabalhistas e orientam a respeito de questões jurídicas da área que serão posteriormente discutidas em juízo, o que acaba servindo de fundamento para legítima recusa ou abstenção do patrocínio da causa, na linha dos artigos 4º e 20, do Código de Disciplina e Ética da OAB, o que, em última instância, diminui as opções do Coren-SP na escolha de seus defensores em reclamações trabalhistas.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A descrição da Solução corresponde à contratação de serviços contínuos de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços advocatícios na área trabalhista, de natureza contenciosa, para a defesa dos interesses do Coren-SP, no patrocínio de demandas que tramitem perante a Justiça do Trabalho, a Justiça Federal e os Tribunais Superiores, inclusive as que se encontrarem em tramitação anteriormente à assinatura do contrato e as que surgirem durante sua vigência, atuando em todas as fases do processo e instâncias de jurisdição, até o encerramento dos feitos, utilizando-se de todas as medidas e recursos judiciais cabíveis, observando os requisitos, quantidades e exigências a serem estabelecidos neste e nos demais artefatos de contratação.

GRUPO ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
1	Serviços advocatícios de natureza trabalhista (atuação em até 60 (sessenta) processos/mês) – PARCELA FIXA (pagamento mensal)	14281	Serviço (Mensal)	12
2	Serviços advocatícios de natureza trabalhista (atuação <u>por processo</u> , sempre que a atuação mensal exceder 60	14281	Processo	120



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

GRUPO ÚNICO				
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA
	processos) – PARCELA VARIÁVEL - PAGO SOB DEMANDA			
3	Reuniões com o Coren-SP para a definição de estratégias processuais e a transmissão de informações fundamentais acerca dos atos normativos da Autarquia, Termos de Ajustamento de Conduta assinados e outros dados para a atuação eficiente em matéria trabalhista - PAGO SOB DEMANDA	14281	hora	60

8.2. Dos Serviços a Serem Executados

8.2.1. A Contratada deverá atender as necessidades relacionadas ao contencioso trabalhista do Coren-SP através de:

8.2.1.1. Patrocínio de demandas judiciais do Coren-SP na área trabalhista, com ajuizamento de ações de diversas espécies, inclusive rescisórias e mandados de segurança, apresentando contestações, réplicas, oposições, exceções, memoriais, prestação de informações e outras; interposição de recursos e respostas a estes, em todas as instâncias e graus de jurisdição, inclusive perante o Tribunal Superior do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal, na forma e nos prazos exigidos em Direito;

8.2.1.2. Assunção de todas as causas judiciais trabalhistas em curso do Coren-SP, na fase em que se encontram, logo após a assinatura do contrato;

8.2.1.3. Encaminhamento, por meio de formulário próprio, de requisição de pagamento de guias de custas e outras despesas processuais, além das obrigações decorrentes de condenações a qualquer título;

8.2.1.4. Realização de cálculos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos às ações sob sua responsabilidade;

8.2.1.5. Indicação de valores a serem provisionados no orçamento do Coren-SP em relatório de contingências trabalhistas;

8.2.1.6. Comparecimento a audiências, sustentações orais, prática de atos de impulsionamento do processo em geral e demais diligências jurídicas relacionadas à atuação forense;

8.2.1.7. Prosseguimento da representação judicial das ações que lhe foram distribuídas pela pessoa jurídica Contratada, mesmo após o encerramento da vigência contratual, até o arquivamento definitivo dos processos;

8.2.1.8. Solicitação ao Coren-SP, sempre que necessário, de autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, desistência de feitos, renúncia ou desistência de recursos, dentre outros;

8.2.1.9. Apresentação, quando for o caso, de parecer recomendando a não interposição de recursos judiciais.

8.3. Do Modelo de Execução do Objeto

8.3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica descrita neste capítulo.



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

8.3.2. Da Inicialização dos Serviços

8.3.2.1. Em até **10 (dez) dias corridos** a contar do início da vigência contratual, deverá haver o agendamento e a realização da **Reunião Técnica Inicial (RTI)**, a ser realizada de forma presencial, no endereço da Sede da Contratante ou por meios telemáticos, entre o Coren-SP e Contratada, por meio da participação do seu Representante Legal e/ou Preposto e equipe profissional indicada para patrocínio das causas da Contratante, a fim de tratar dos seguintes tópicos, não exaustivos:

- a) Redistribuição das ações em curso originalmente patrocinadas pelos advogados da Contratada, mediante assinatura de termos de confidencialidade e juntada de petições de procuração e substabelecimento;
- b) Fornecimento, pela Contratante, de documentação referente aos processos em andamento;
- c) Apresentação de controles atuais realizados pela Gerência Jurídica do Coren-SP dos trabalhistas em andamento, indicando o conjunto de pastas de processos judiciais e arquivos de planilhas eletrônicas em uso pelo setor jurídico do Coren-SP.
- d) Esclarecimento de dúvidas gerais relacionadas ao modelo de execução e gestão do contrato firmado.

8.3.2.2. A realização da RTI não ensejará obrigação em receber por parte da Contratada, uma vez que não corresponde à reunião a que alude o item 3 do objeto de contratação.

8.3.3. Do Fluxo Operacional de Execução dos Serviços

8.3.3.1. A Contratada deverá reunir-se, presencial ou remotamente, em caráter ordinário com a Procuradoria Jurídica do Coren-SP em periodicidade não inferior à mensal e extraordinariamente, sempre que for ajuizada nova demanda judicial, antes mesmo da realização do primeiro ato processual da reclamada.

8.3.3.1.1. A realização de qualquer reunião, seja aquela de caráter ordinário ou extraordinário deverá ser precedida do encaminhamento, pela Contratante, de Ordem de Serviço (OS) à Contratada. A OS conterá, dentre outras informações consideradas relevantes, a data e horário da reunião, o local de realização, bem como a duração inicial prevista, que poderá ser revisitada em função de eventual tempo adicional, desde que requerido pela Contratada.

8.3.3.1.2. O prazo máximo de encaminhamento da OS à Contratada será de 3 (três) dias úteis antes da data definida pela Contratante para a realização da reunião. A OS será encaminhada eletronicamente à Contratada, em e-mail a ser indicado no momento da Reunião Técnica Inicial.

8.3.3.1.3. A unidade mínima de faturamento da reunião será 1 (uma) hora, de forma que, ultrapassado este período, poderá ser considerado, para fins de faturamento, a fração de 30 (trinta) minutos.

8.3.3.2. A Contratada deverá conceder ao Coren-SP o acesso à íntegra dos processos sob seu patrocínio, bem como às peças processuais produzidas, isto é, contestações, petições iniciais de mandado de segurança, recursos ordinários, recursos de revista e recursos extraordinários ao Coren-SP, com 2 (dois) dias úteis de antecedência ao protocolo, permitindo o debate das teses jurídicas do litígio, oportunizando debate que vise ao



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

aprimoramento e evolução na defesa dos interesses da Contratante, de forma que o Coren-SP, caso tenha alguma sugestão de modificação do texto, o fará até o próximo dia útil após o recebimento da peça;

8.3.3.3. O controle de recebimento de citações, intimações e notificações, seja por meios convencionais seja por meios eletrônicos, será realizado pela GJUR, transmitindo-se à Contratada a comunicação processual no prazo máximo de 1 (um) dia útil;

8.3.3.4. Sem prejuízo da competência da Gerência Jurídica da Contratante, a Contratada deverá promover a extração de certidões, todos os dias úteis, no sistema de Certidão de Reclamação Trabalhista - CET do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e no sistema de Certidão Eletrônica de Ações Trabalhistas – CEAT do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, informando à PJUR do Coren-SP, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, acerca do ajuizamento de novas reclamações trabalhistas em face do Coren-SP, salvo nos períodos de recesso do Poder Judiciário e nas demais hipóteses de determinação de suspensão de prazos processuais;

8.3.3.5. A Contratada deverá encaminhar guias de custas e outras despesas processuais, bem como informações acerca de condenações ao pagamento de valores, sejam eles provisórios ou definitivos, a qualquer título, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis ao término do prazo processual, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas, para que seja promovido o procedimento de autorização e processamento do pagamento junto à Gerência Financeira da Contratante, devendo a referida Gerência encaminhar os comprovantes à Contratada, no máximo, 1 (um) dia útil após o pagamento;

8.3.3.6. A Contratada deverá solicitar ao Coren-SP, sempre que necessário e oportuno, autorização expressa e prévia para a celebração de acordos, não interposição de recursos, desistência de feitos, renúncia, dentre outros, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do prazo para a prática do ato;

8.3.3.7. A Contratada deverá encaminhar relatórios mensais de suas atividades à PJUR, com informações atualizadas de acompanhamento das demandas sob sua responsabilidade, em formato adequado para fins de prestação de contas aos órgãos de controle e de auditoria, conforme as orientações fornecidas pelo Coren-SP;

8.3.3.8. Os cronogramas elaborados pelo Coren-SP no tocante à execução dos serviços, com a assunção das causas, reuniões, relatórios, expedição de certidões, fornecimento de informações em geral, deverão ser rigorosamente respeitados pela Contratada.

8.4. Das Obrigações Específicas da Contratada (relacionadas diretamente ao objeto de contratação)

8.4.1. Responder civil e criminalmente pela guarda e conservação de toda a documentação e demais informações que venha a receber do Coren-SP para a defesa dos interesses da Autarquia, ou que tenha acesso em razão do contrato firmado entre as partes;

8.4.2. Guardar sigilo sobre todos os dados e informações a que tiver acesso em decorrência do cumprimento do contrato, sejam eles obtidos antes, durante ou após a prestação dos serviços, abstendo-se de utilizar-se, ainda que em demanda judicial, de informações, conhecimentos técnicos, contábeis, financeiros ou de qualquer espécie obtidos junto ao Coren-SP e assegurar a mesma conduta de seu pessoal, sejam estes sócios, associados, empregados e demais prestadores de serviço, responsabilizando-se pessoalmente por vazamento ou utilização indevidas destas informações;

8.4.3. Cumprir fielmente todas as prescrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados – Lei



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, observando rigorosamente as orientações das equipes encarregadas pelo planejamento, acompanhamento, implementação e monitoramento das ações de privacidade e proteção de dados pessoais do Coren-SP, bem como as diretrizes de segurança de tecnologia da informação estabelecidas pela Autarquia;

8.4.4. Conceder o acesso à íntegra dos processos sob os seus cuidados, por meio físico ou eletrônico, sempre que houver requisição da Contratante;

8.4.5. Manter, a Contratada, bem como todos os seus sócios, advogados associados e empregos que tenham parte na execução do Contrato, durante toda a vigência da avença, registros regulares perante a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;

8.4.6. Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, lista nominal de profissionais envolvidos na prestação dos serviços. Os funcionários a serviço deverão apresentar-se no Coren-SP, quando for o caso, devidamente identificados.

8.4.7. Garantir que seu pessoal guarde absoluto sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo Contratante aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do referido Contrato, ficando vedado seu uso, compartilhamento ou divulgação, sob qualquer justificativa.

8.4.8. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada na execução dos serviços serão de exclusiva propriedade do Contratante, não podendo a Contratada utilizá-los para quaisquer fins, divulgá-los, reproduzi-los ou veiculá-los, a não ser que prévia e expressamente autorizado pelo Coren-SP.

9. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE

9.1. Da Quantidade Atual de Reclamações Trabalhistas

9.1.1. De acordo com relatório da GJUR, datado de 09 de fevereiro de 2023, nos últimos 10 (dez) anos, o Coren-SP teve contra si ajuizadas 199 (cento e noventa e nove) reclamações trabalhistas, sendo que prosseguem em andamento 53 (cinquenta e três) reclamações, nas mais diversas instâncias do Poder Judiciário.

9.2. Da Quantidade de Serviços a Contratar

9.2.1. Em vista da demanda atual do Coren-SP relacionada a prestação de serviços advocatícios da natureza trabalhista e considerando a caracterização do objeto de estudos deste ETP como serviço contínuo, bem como após levantamento de modelos de execução de contratações similares realizadas pela Administração, a EPC entendeu por caracterizar o objeto em parcela mensal fixa, correspondente a uma atuação da Contratada até 60 (sessenta) processos dentro do período de referência (mês) e remuneração adicional, paga por processo excedente, sempre que, em determinado período de referência, a atuação da Contratada exceder ao limite de processos acobertados no valor mensal fixo.

9.2.2. Esclarece-se que a referência de patrocínio judicial de 60 (sessenta) processos por mês, excluindo-se da contagem os que forem arquivados, representa uma estimativa, considerando-se o quantitativo atual de feitos em tramitação, que é de 53 (cinquenta e três) processos, concedendo-se uma margem para adicionar novas demandas sem mudanças no custo da contratação;

9.2.3. A delimitação de um patamar remuneratório estável para a Contratada, estimado a partir do valor unitário encontrado em contratações recentes do mesmo objeto, reflete a necessidade de conferir certa estabilidade, previsibilidade e incentivo à Contratada, porquanto apresenta-se



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

relativamente baixo o valor estimado para cada demanda processual, obtido a partir de contratações realizadas por outros órgãos públicos expostas no mapa de preços.

9.2.4. Em relação ao pagamento eventual por processo excedente, a EPC estimou até 10 (dez) processos/mês, chegando às 120 (cento e vinte) unidades de pagamento anuais informadas na tabela do item 10.1 abaixo.

9.2.5. E pela participação em reuniões, para a definição de estratégias processuais, sempre convocadas pelo Coren-SP por Ordem de Serviços, procura-se viabilizar a transferência de informações acerca do histórico da gestão de pessoas do Coren-SP, além de indicar os atos normativos internos aplicáveis aos colaboradores da Autarquia;

9.2.6. Entende-se que haverá necessidade de realizar, no mínimo, um encontro mensal sendo remunerada a Contratada por hora de reunião. Sendo o faturamento mínimo, *por reunião*, o custo de 1 (uma) hora, a EPC estabeleceu-se um teto de 5 (cinco) horas mensais, apenas para suprir eventual necessidade de convocações excepcionais, sob demanda, motivadamente decidido pela Contratante.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1.1. **SIGILOSO, CF. ART. 24, CAPUT, DA LEI Nº 14.133/2021.**

10.2. Da Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

10.2.1. Dada a natureza peculiar dos serviços prestados de advocacia, e diante da impossibilidade de enquadramento das sociedades de advogados como empresas, considerando que seus atos constitutivos são registrados no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede, e não na junta comercial, ou mesmo no registro civil de pessoas jurídicas, conforme o parecer da Comissão Nacional de Sociedades de Advogados, emitido no Processo nº 49.0000.2015.010104-0, disponível em: (<https://www.oabmg.org.br/Areas/Sociedade/doc/Parecer%20ME%20e%20EPP.pdf>), as licitantes, no cadastramento das propostas comerciais, não poderão se beneficiar do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.2. E, pelas mesmas razões expostas no item anterior, embora o valor anual global estimado da contratação não ultrapasse o limite do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, não haverá exclusividade de participação para microempresas e empresas de pequeno porte.

11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. O objeto de estudos deste ETP não acoberta a possibilidade de parcelamento. Em verdade, os três itens que compõem o objeto de contratação correspondem às frações da Solução em si, relacionadas ao planejamento e execução de serviços advocatícios de natureza trabalhista e divididas, unicamente, para melhor apuração do valor mensal de faturamento dos serviços.

11.2. Ademais, informe-se que a EPC afastou a possibilidade de contratação de diversos escritórios de advocacia para o atendimento das demandas trabalhistas do órgão, uma vez que, inexistindo restrição geográfica ou de número de processos a atuar por escritório, a contratação parcelada (p. ex. 'por processo' ou 'por processos por vara') incrementaria riscos de negócio, relacionados à gestão e acompanhamento de estratégias processuais junto a diversos profissionais paralelamente e não proporcionaria economicidade para a Administração, uma vez reduzido o montante inicial de processos para acompanhamento.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

12.1. Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes relacionadas ao objeto de estudos deste ETP no âmbito do Coren-SP.

13. INDICADORES PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE ESPERADA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1. Os indicadores estarão detalhados no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, que acompanhará o Termo de Referência.

14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

14.1. O objetivo da contratação é que o Coren-SP seja representado com excelência, sem risco de conflito de interesses, por patronos de elevada especialização acadêmica e qualificação técnica em todos os procedimentos judiciais de natureza trabalhista dos quais o Coren-SP faça parte, na qualidade de reclamante, reclamado ou interessado. O resultado será ainda a liberação da GJUR para dirigir atenção especial às demandas vinculadas às atividades-fim da entidade

14.2. Desde modo, com a contratação em questão, persegue-se, minimamente, o seguinte:

14.2.1. Diminuição substancial do passivo trabalhista da Autarquia, que é de aproximadamente R\$ 3.384.731,62 (três milhões trezentos e oitenta e quatro mil setecentos e trinta e um reais e sessenta e dois centavos), segundo informações da GJUR;

14.2.2. Dedicção exclusiva do quadro de advogados efetivos do Conselho às atividades-fim da entidade;

14.2.3. Ampliar a independência do consultivo trabalhista, sem atuação concomitante no contencioso pelos advogados efetivos do Conselho;

14.2.4. Defesa do Coren-SP em matéria trabalhista apenas por profissionais altamente especializados na área;

14.2.5. Aprimoramento dos mecanismos de avaliação da qualidade dos serviços de assessoria jurídica trabalhista prestados ao Coren-SP, principalmente, com as contribuições da PJUR em todas as fases dos processos, sobretudo, na definição das estratégias defensivas;

14.2.6. Prevenção de conflitos de interesses;

14.2.7. Criação de indicadores de desempenho do contencioso trabalhista;

14.2.8. Unificação das estratégias de defesa sob a coordenação e supervisão de uma mesma pessoa jurídica com o intento de mitigar riscos de incoerências e incongruências no patrocínio de causas trabalhistas do Conselho por advogados de perfis de atuação distintos;

14.2.9. Externalizar parte do trabalho administrativo complementar à atuação forense.

15. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

15.1. Não foram observadas providências a serem tomadas pela Coren-SP em relação à contratação em questão.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO (SE APLICÁVEIS)

16.1. Não foram observados impactos ambientais diretamente relacionados à contratação em questão. Assim sendo, manter-se-ão recomendações relacionadas aos critérios e práticas de sustentabilidade listados no tópico de Requisitos da Contratação deste ETP.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A contratação em questão será acobertada dentro do Elemento de Despesa nº



CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO

6.2.2.1.1.33.90.39.002 – DEMAIS SERVIÇOS – PESSOAS JURÍDICAS.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Com base nos elementos obtidos neste Estudo Técnico Preliminar, esta Equipe de Planejamento DECLARA que **é viável** a presente contratação.

DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS ESTUDOS PRELIMINARES

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, esta Equipe de Planejamento entende que as informações contidas no presente ETP DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas – COM EXCEÇÃO DOS VALORES ESTIMATIVOS DA CONTRATAÇÃO, presentes no item 10 supra, podendo estes serem divulgados imediatamente após a conclusão da fase de lances da licitação.

O presente Estudo Preliminar é parte integrante do Termo de Referência desta contratação e deverá ser publicado enquanto anexo do Edital de Licitação, salvo informações relacionadas aos valores estimativos da contratação, antes do término da fase competitiva da licitação, conforme justificativa supra.

São Paulo, 17 de abril de 2023.

INTEGRANTE REQUISITANTE / TÉCNICO	<div>Assinado de forma digital por Mike Martins dos Santos Dados: 2023.04.17 10:48:20 -03'00'</div> Mike Martins dos Santos Assessor II - PJUR Matrícula 1150
INTEGRANTE DA ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO	Henrique Pereira Soares Assessor II – GAB/PRES Matrícula 975